

Aconteceu

CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98, fundos
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP

Jornalista Responsável:
Dermi Azevedo - Reg. Prof. nº 239 MtB

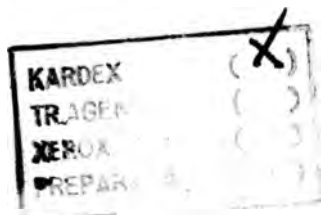
Editor do Aconteceu:
Jorge Luiz Carrera Jardineiro

Conselho Editorial:
Zwiuglio Mota Dias
Rubem Alves
Aloísio Mercadante Oliva
José Oscar Beozzo
Jether Pereira Ramalho

Assinatura anual: Cr\$ 10.000 (Brasil),
US\$ 58.00 (América Latina),
US\$ 66.00 (América do Norte),
US\$ 72.00 (Europa, Ásia e África).
Envie junto com seu pedido um cheque
nominal ou vale postal para CEDI-RJ



FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 10 A 16 DE JUNHO DE 1985
Nº 312 - CIRCULAÇÃO INTERNA



POLITICA NACIONAL

DIREITA SE ARTICULA E PRESSIONA GOVERNO

A intervenção das Forças Armadas no processo político, para evitar que se estabeleça "um estado de anarquia no País", foi prevista esta semana pelo ex-ministro da Justiça, Armando Falcão. Empenhado na articulação de tendências políticas, empresariais e militares para impedir que o governo do presidente José Sarney faça uma inflexão profunda no sentido da reforma agrária e de um pacto social e político em que prevaleçam os grupos de esquerda (os sociais-democratas e reformadores liberais) e os movimentos sindicais de trabalhadores urbanos e rurais. O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) denunciou a formação de uma "caixinha" de empresários, num montante de quase 5 trilhões de cruzeiros, para que "a extrema direita e as multinacionais" usem o poder econômico para obter a maioria na próxima Assembleia Nacional Constituinte. (FSP - 15/6/85)

PRESIDENTE REAFIRMA URGÊNCIA DO PLANO DE REFORMA AGRÁRIA

O presidente José Sarney reafirmou ontem aos empresários, que a implantação da reforma agrária é urgente, porque há um crescendo de insatisfação no campo e muita violência no meio urbano, provocada em grande parte pelas migrações de trabalhadores rurais. Ouviu do empresário rural, Anibal Bianchini da Rocha, entretanto, o pedido de prorrogação do prazo para debate da política fundiária e da implantação da reforma. Mais uma vez o presidente José Sarney reassegurou que a reforma agrária será feita, cumprindo rigorosamente a lei, mas não prometeu atender ao pedido de Bianchini da Rocha, pedido que também é uma reivindicação da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). (FSP - 15/6/85)

CONSTITUINTE

CIA QUER INFLUIR NA CONSTITUINTE

O Governador Leonel Brizola afirmou ontem que a CIA (Agência Central de Informação) pretende influir na eleição da Constituinte. Para Brizola, interessa ao Governo americano desvincular as eleições para a Assembléia Constituinte de eleições para a Presidência da República e renovação do Congresso, pois, assim, "poderia eleger constituintes comprometidos com os interesses das multinacionais e das oligarquias". Brizola disse que amigos seus nos Estados Unidos têm enviado documentos que provam o envolvimento da CIA nas "manobras" para isolar as duas eleições. (O GLOBO - 15/6/85)

CUT APONIA PRIORIDADES PARA CONSTITUINTE

A CUT estadual do RS promoveu ontem uma plenária sobre a Assembléia Constituinte e ao final das discussões aprovou um documento com os pontos que julga prioritários para a nova Constituinte. Entre eles estão uma reforma agrária radical sob o controle dos trabalhadores, estabilidade e garantia no emprego, seguro-desemprego, jornada de trabalho de 40 horas sem redução dos salários e mesmos direitos para os trabalhadores do campo e da cidade, além de ensino público e gratuito. O documento também discorda da proposta do Governo de atribuir poderes constituintes ao próximo Congresso e da formação de uma "comissão de notáveis" para redigir um texto preliminar da nova Constituição. (O GLOBO - 16/6/85)

COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ PEDE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTITUINTE

A Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória protestou, em nota enviada às lideranças partidárias no Congresso Nacional, contra o que chamou de "verticalidade" que está sendo dada ao processo da Constituinte e "contra a tentativa de defraudação da Constituinte via espúrio Congresso com os poderes constituintes". Na segunda parte da nota, a Comissão de Justiça e Paz da Igreja Capixaba - que lidera o movimento de participação popular na Constituinte - desafia o governo: "a um plebiscito nacional que confronte a Assembléia Nacional Constituinte e o Congresso constituinte para demonstrar que o encaminhamento autoritário do governo não tem apoio na opinião pública". (JB - 16/6/85)

PT ENTREGA HOJE NO CONGRESSO PROPOSTA SOBRE CONSTITUINTE

O presidente do PT, Luis Inácio Lula da Silva, acompanhado de Francisco Weffort e Jacó Bittar, membros da Comissão Executiva Nacional, e do líder da bancada do partido na Câmara, deputado Djalma Bom, entregará hoje aos presidentes do Senado, José Fragelli, e da Câmara, Ulysses Guimarães, cópias da proposta de emenda constitucional do partido convocando a Assembléia Nacional Constituinte, através de eleição marcada para o dia 19 de março do próximo ano. A proposta do PT fixa a data de 21 de abril de 1986 para instalação da Constituinte e considera habilitados a participar do pleito os partidos políticos que obtiverem o registro até a data das convenções partidárias para escolha dos candidatos. (FSP - 11/6/85)

TRABALHADORES URBANOS

METALÚRGICOS DA CAPITAL (SP) EM CAMPANHA POR REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

A campanha pela redução da jornada de trabalho no setor metalúrgico, que motivou a greve de 54 dias em São Bernardo do Campo, na região do ABC, já está sendo intensificada na Capital e nos municípios de Osasco e Guarulhos, respectivamente nas regiões Oeste e Norte da Grande São Paulo, cujos sindicatos, que representam 430 mil trabalhadores, buscam negociar acordos por empresa para chegarem com uma situação de fato em novembro, data base da categoria. "Quando chegar a hora sentarmos na mesa de negociação, a redução da jornada será realidade para 10% da categoria, no mínimo", diz Luiz Antônio de Medeiros, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. (FSP - 12/6/85)

METALÚRGICOS FAZEM GREVE PARA RECEBER SALÁRIO ATRASADO

Os metalúrgicos do estaleiro Emaq, no Rio de Janeiro, paralisaram suas atividades no início da manhã de ontem e só retornarão ao trabalho depois que a empresa fizer uma proposta concreta sobre os salários do mês de maio, que ainda não foram pagos. Segundo os operários, o pagamento estava marcado para o último dia 10 mas a direção do estaleiro limitou-se a informar que nada poderia ser depositado naquele dia. (FSP - 12/6/85)

EMAQ PAGA SALÁRIOS HOJE PARA ACABAR COM A GREVE

O Estaleiro Emaq pagará hoje - com três dias de atraso - os salários de maio e amanhã os 3.300 empregados prometem voltar ao trabalho. Um dos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos, José de Arimatéia, informou que a volta ao trabalho está decidida, mas os empregados continuam a reivindicar estabilidade até dezembro, respeito a comissão de fábrica e pagamento de férias vencidas. Os dias parados se não pagos. (O GLOBO - 13/6/85)

BANCÁRIOS DE TODO PAÍS APROVAM CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA

As 216 entidades - Confederação, Federações e Sindicatos - representativas dos seiscentos mil bancários de todo o País aprovaram, ontem, no Rio, a unificação da campanha salarial deste ano, que tem por data-base o mês de setembro. A decisão foi tomada no 12º Encontro Nacional dos Bancários, realizado neste final de semana. Eles aprovaram os pontos básicos para as negociações: estabilidade no emprego, reajustes trimestrais, 25% de reposição salarial unificado de Cr\$ 1,5 milhão para escriturários e de Cr\$ 1,3 milhão para porteiros. (FSP - 10/6/85)

PROFESSORES MANTÊM GREVE NO RS

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul não encontrou saída para o impasse criado pela greve dos professores da rede estadual, que já dura mais de 20 dias. O magistério gaúcho, composto de 104 mil professores, está cobrando do Governador Jair Soares muitas promessas feitas durante a campanha eleitoral, inclusive a semestralidade, piso salarial de dois mínimos, décimo terceiro salário e 25% do orçamento estadual para a Educação. O Governador mantém a posição de não atender as reivindicações da categoria e a greve continua no Sul. (JORNAL DO PAÍS - 13 a 19 de junho de 1985).

DOCENTES FEDERAIS FARÃO PROTESTOS

Docentes e funcionários das universidades federais autárquicas realizarão amanhã um "Dia Nacional de Valorização da Universidade", em protesto contra a falta de recursos e os baixos salários. Maria José, presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), informou ainda que não haverá paralisações, a não ser que cada universidade tome decisão neste sentido em assembleias gerais. "Nossa intenção é apenas discutir a situação de penúria e insolvência em que se encontram as universidades autárquicas e procurar soluções alternativas. (FSP - 11/6/85)

DIREITO DO TRABALHADOR

Jair Meneguelli*

Art. 58.

- 1 - É garantido o direito à greve.
 - 2 - Compete aos trabalhadores definir o âmbito de interesses a defender através da greve, não podendo a lei limitar esse âmbito.
- Constituição da República Portuguesa (abril de 1976).

A experiência de vários povos já resolveu de forma definitiva a questão do direito de greve, transferindo aos trabalhadores a definição dos interesses a defender através da greve, afirmando que a lei não pode impor limites a esse direito.

Citamos em epígrafe a Constituição portuguesa, mas essa não é a única que garante integralmente esse direito. Podemos citar a Inglaterra e Itália como exemplo de países que não limitam esse direito dos trabalhadores.

No Brasil, desde 1946 esse direito é formalmente garantido pela Constituição. Mas uma série de leis tentam limitá-lo e coibi-lo a ponto de anularem o que a Constituição afirma.

Estamos nos aproximando de uma Assembleia Nacional Constituinte em nosso país. Os trabalhadores devem se mobilizar no sentido de participar ativamente deste momento histórico de nosso país. Uma das bandeiras que os trabalhadores devem empunhar é a defesa intransigente do direito de greve.

O decreto-lei 1632, de 4/8/1978, considerava essenciais e de interesse da segurança nacional uma lista de atividades, proibindo-lhes o exercício do direito de greve. Essa era a lei da ditadura militar. A "Nova República" apresentou agora um projeto do Ministério do Trabalho, que considera essenciais as atividades estritamente indispensáveis ao atendimento da população em suas necessidades básicas.

Na realidade o anteprojeto da "Nova República", em muito pouco ou quase nada, avançou no sentido de se garantir o pleno exercício do direito constitucional de greve.

Toda a legislação elaborada para regulamentar o direito de greve, tem sido no sentido de coibir, dificultar e praticamente impedir o exercício desse direito. O mais grave desse anteprojeto do atual Ministério do Trabalho é que ele foi elaborado nos gabinetes sem a participação e a devida consulta aos maiores interessados; os trabalhadores.

O anteprojeto do atual governo vem demonstrar mais uma vez que se a "Nova República" veio para mudar, essas mudanças não existem, ou ainda não se fizeram existir para a classe trabalhadora. Esse é um governo dos patrões e sua legislação demonstra isso, as medidas adotadas até agora são para proteger o capital e forçar aos trabalhadores a continuarem pagando pela crise que não criaram.

O direito de greve, embora já consagrado pela Constituição, terá que ser conquistado pelos trabalhadores antes mesmo da Constituinte que se aproxima, onde haverá uma oportunidade para fazermos valer as nossas reivindicações.

A CUT (Central Única dos Trabalhadores) tem uma importante tarefa no sentido de convocar todos os trabalhadores para se mobilizarem e participar ativamente da Assembléia Nacional Constituinte. (FSP - 14/6/85)

*Jair Antônio Meneguelli, 38, é o presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.

TRABALHADORES RURAIS

LUTA PELA TERRA TORNA SUL DO PARÁ CAMPO DE BATALHA

Mortes, atentados, expulsão de colonos, incêndios de barracos, torturas, perseguições, suicídios. O Sul do Pará se transformou num verdadeiro campo de batalha pela posse da terra. E, como se tudo isto não bastasse, de janeiro para cá a situação piorou ainda mais: houve 37 mortes entre colonos e 11 entre fazendeiros e pis-toleiros, revela o coordenador da Comissão Pastoral da Terra do Araguaia-Tocantins, padre Ricardo Rezende Figueira. O novo presidente do Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas, Donato Cardoso, afirmou que proprietários de terras na região dispõem de Cr\$ 5 bilhões para a formação de milícias de combate ao plano de reforma agrária. O Deputado Paulo Fontenele, do PMDB, da tribuna da Assembléia Legislativa, propôs que a Assembléia solicite, com urgência, aos ministros da Reforma Agrária e da Justiça, providências para a desarticulação das milícias, responsáveis, segundo ele, pela morte de centenas de camponeses e que garantem "o latifúndio dos grandes fazendeiros". (JB - 16/6/85)

POSSEIROS CONQUISTAM TERRA NA BA

No município de Wenceslau Guimarães, a 279 quilômetros de Salvador, uma das áreas de maior tensão fundiária da Bahia, os posseiros com mais de cinco anos de ocupação serão reconhecidos como proprietários das terras que ocupam, através de usucapião especial. A decisão, inédita nas últimas décadas na Bahia, foi assumida na Delegacia Regional do Incra, em Salvador, numa reunião em que, pela primeira vez, fazendeiros e posseiros sentaram-se à mesa para negociar. Os mediadores foram o novo delegado do Incra na Bahia, José Carlos Arruti, e o prefeito de Wenceslau Guimarães, Antônio Reis Lopes. Participaram da reunião representantes da Igreja e da Fetag. O presidente do sindicato rural de Wenceslau Guimarães, Mário dos Santos, revelou que há cerca de 1 mil posseiros na região, incluindo os mais recentes. (JB - 16/6/85)

COLONOS INVADEM FAZENDA NO SUL

O prefeito de Ronda Alta (RS), João Manuel Ribeiro, vai entrar em contato com a coordenadoria estadual do INCRA, ainda hoje, para relatar a situação de 48 famílias de colonos que há três dias invadiram uma área de cerca de 400 hectares de uma fazenda de propriedade do INCRA, no município. Os invasores são filhos de colonos, já reassentados na fazenda, que tiveram suas terras desapropriadas para construção da barragem do Passo Real. Afirmou o prefeito que a área, agora ocupada pelas famílias, é uma parte de terra remanescente tida como reserva e, segundo ele, talvez seja destinada também para reassentamento. Os colonos, frisou, cansa-

ram de pedir ao INCRA que fizesse a distribuição da terra e decidiram pela ocupação para "alertar que a área existe". (JB - 16/6/85)

LAVRADORES OCUPAM TERRAS DEVOLUTAS NO CE

Mais de 150 lavradores, suas mulheres e filhos começaram a demarcar, desde a manhã de ontem, 4.500 hectares de terras devolutas na localidade de Lagoinha, na chapada da Serra da Ibiapaba, encravada entre os municípios de Parambu, a 465 quilômetros de Fortaleza, no Ceará, e Pimenteiras e Pio 9, no Estado do Piauí. São terras férteis que os posseiros já vinham trabalhando há dois anos e onde fizeram, com a ajuda da Igreja e sindicatos rurais, várias benfeitorias como a instalação de um poço profundo com uma moto-bomba, quatro casas, um barracão comunitário e plantações de mandioca, milho, feijão, cajueiros e outras culturas. A demarcação deverá durar aproximadamente um mês, segundo o advogado e jornalista Lúcio Flavio Regueira, assessor de imprensa da Comissão de Pastoral da Terra da Diocese de Crateus, cujo bispo titular é d. Antonio Batista Fragoso. (FSP - 10/6/85)

MOVIMENTO SEM TERRA EM SC EXIGE SOLUÇÃO

O Movimento dos Sem Terra do Oeste de Santa Catarina - região em que os conflitos de terra são mais intensos - ameaça retornar com as invasões em terras que consideram ociosas, caso o governo do Estado e o Incra não cumpram a promessa de assentar, provisoriamente, os lavradores. Em nota distribuída à imprensa, o Movimento dos Sem Terra diz que "saberá como agir e não descartará novas invasões". E mais: deu um prazo de cinco dias para que o governo desapropriar ou compre os mil hectares de terra prometidos. Até agora o governo não pôde cumprir o acordo porque a proprietária, Anair Pereira, de Abelardo Luz (município onde as invasões foram mais intensas) negou-se a vender 350 hectares de um total de 1.300 que possui naquele município. (ESP - 14/6/85)

IGREJAS

LEONARDO BOFF RECEBE HOMENAGEM

A Câmara Municipal de Porto Alegre concedeu, esta semana, o título de "Cidadão de Porto Alegre" ao frei Leonardo Boff, autor de vários livros sobre a "Teologia da Libertação". Impedido de comparecer e proibido pelo Vaticano de manifestar-se em público, frei Boff foi representado por dois operários, que receberam em seu nome o título e a medalha. O prefeito de Porto Alegre, João Antônio Dil (FDS), não sancionou o projeto de cidadania, o que obrigou o presidente da Câmara a promulgá-lo. (FSP - 15/6/85)

CNBB QUER MAIS CONTATO COM O PAPA PARA SUPERAR DIVERGÊNCIAS

Com o objetivo de superar divergências e evitar mal-entendidos prejudiciais ao relacionamento da Igreja do Brasil com o Vaticano, a CNBB deverá incrementar o contato direto e pessoal dos seus dirigentes com o Papa João Paulo II e com os representantes das congregações romanas. Grupos de Bispos, já este ano, durante a visita "ad limina" (visita obrigatória dos bispos a Roma a cada cinco anos) procurarão nos contatos com o Papa e com as congregações esclarecer aspectos da linha

de atuação da Igreja no Brasil e mostrar que não existem desvios ou riscos de desvios doutrinários ou pastorais. O Secretário Geral da CNBB, D. Luciano Mendes de Almeida, embora evite entrevistas sobre a tensão nas relações CNBB/Vaticano - agravada sobretudo após o documento da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, condenando aspectos da Teologia da Libertação e da punição imposta ao teólogo Frei Leonardo Boff - admite a preocupação em multiplicar os contatos com o Sumo Pontífice e dirigentes das organizações de cúpula da Santa Fé. (O GLOBO - 13/6/85)

TEÓLOGO ATENTA PARA NOVAS PUNIÇÕES NA IGREJA

Frei Clodovis Boff, irmão do teólogo Leonardo Boff, disse ontem à noite no Rio de Janeiro ter sido informado por amigos de que o cardeal arcebispo da cidade, d. Eugênio Salles, esteve reunido há cerca de vinte dias no Colégio Pio Brasileiro em Roma com d. Karl Rommer, bispo auxiliar do Rio, e com d. Estevão Bittencourt, da Ordem dos Beneditinos. O tema da reunião foi, segundo Clodovis, uma possível punição a ele, que é um dos seguidores da Teologia da Libertação, e a d. Mauro Morelli, bispo da cidade de Duque de Caxias, na baixada fluminense, que escreveu uma carta a d. Agnello Rossi, secretário do Vaticano, repelindo as críticas feitas à Igreja brasileira. (FSP - 11/6/85)

BISPO DIZ QUE LEI NÃO SERVE

O cardeal-arcebispo de Fortaleza, dom Aloísio Lorscheider, disse ontem, em seu programa radiofônico semanal, que "as nossas leis civis sobre a propriedade há muito estão ultrapassadas". Para o cardeal, a atual legislação estimula a concentração de bens como terras, o que leva aos "latifúndios improdutivos". Dom Aloísio Lorscheider disse que não é lícito "concentrar bens, acumulá-los de tal sorte que irmãos nossos se vejam impossibilitados de viver dignamente". Ele acha que "a sociedade de hoje está organizada dentro desse princípio de roubo, de cobiça. Estamos dentro de um sistema que é infernal" e contrário ao plano criador de Deus, pelo qual "ninguém deveria ser dono de terras, apenas gerentes ou administradores. O único dono das terras é Deus", completou. (ESP - 11/6/85)

CPT DENUNCIA VIOLÊNCIA CONTRA TRABALHADORES RURAIS NO PARÁ

"O Balanço da Violência no Campo", documento divulgado pela Comissão Pastoral da Terra no começo do ano, relaciona, só no final do ano passado, 47 mortes, 40 pessoas feridas, 73 prisões, incêndios de barracos, destruição de vários roçados e 278 despejos, envolvendo 3 mil 270 famílias espalhadas por uma área de pouco menos de 1 milhão 500 mil hectares, distribuídos pelos municípios do Pará. O levantamento da Igreja diz que, entre 1980 e 1984, morreram 50 lavradores e que os requintes de perversidade superam qualquer ficção. Este ano, entre os 37 lavradores mortos, incluem-se dois suicídios. O do posseiro João Jurandir Barbosa, que não suportou as prisões e constantes pressões para deixar sua terra, e o da mulher de um lavrador, que enlouqueceu e se matou por causa das perseguições de pistoleiros e soldados da Polícia Militar a seu marido. A região sudeste do Estado, considerada de pouco interesse para a agricultura até pouco tempo, é palco agora de violentos choques, depois da descoberta de minérios. Na gleba Cidapar, onde o Governo do Estado questiona, com ação na Justiça, a legitimidade da propriedade de grandes grupos, as pesquisas revelaram a existência de ouro, titânio, diamantes e cassiterita. O lugar virou praça de guerra. A Cidapar, garante a Comissão Pastoral da Terra, tem sua própria milícia e um comandante: James Lopes Vita, "possivelmente um ex-agente do DOI-CODI, pelos métodos de torturas e pressão que utiliza". (JB - 16/6/85)

ÍNDIOS

ÍNDIOS QUEREM DEMARCAR TERRAS EM ANGRA DOS REIS - RJ

Ameaçados de extinção pelos madeireiros, grileiros e empresários do setor imobiliário, 28 índios guaranis, representados pelo cacique Aparício R'Okadju, 28 anos e João Karaímirim, de 19, na região de Bracuí, Angra dos Reis, pediram ao advogado Bandeira de Melo Filho, chefe da seção de Direitos Humanos da Procuradoria da República, no Rio, a aceleração na demarcação de 700 hectares de suas terras. Acompanhado pelo indigenista Luís Felipe Figueiredo - Cipré na linguagem tribal - os índios fizeram ontem, no gabinete do deputado Alexandre Farah, o primeiro depoimento na seção de Direitos Humanos da Procuradoria da República. Bandeira de Melo, que também tomou o depoimento do indigenista, instaurou sindicância e vai enviar ao Procurador da República, Sepúlveda Pertence, relatório sobre os guaranis para apressar a demarcação das terras. (JB - 15/6/85)

ÍNDIOS QUEREM SER CONSTITUINTES

Dispostos a participarem da Assembléia Nacional Constituinte, sete índios, representantes de cinco nações do sul do Pará, Mato Grosso e Norte de Goiás, liderados por Marcos Terena, assessor de assuntos de cultura indígena do Ministério da Cultura, se encontrarão, às 11 h de segunda-feira, com o Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, na Câmara, para discutirem a possibilidade de se filiarem ao partido. (JB - 15/6/85)

TERRAS DE ÍNDIOS

Em Chapecó, a 700 km de Florianópolis, cerca de cem agricultores, incluindo suas mulheres e filhos, acamparam ontem na estrada de acesso ao Toldo Chingangue, de 2 mil hectares, dos índios caingangues. Os agricultores estão preocupados com a possibilidade de a área ser declarada como de propriedade indígena, o que implicaria no despejo de trezentos colonos que já estão trabalhando no local. (FSP - 11/6/85)

DIREITOS HUMANOS

GAÚCHOS PUBLICAM LISTA DE MORTOS E TORTURADOS NO BRASIL

No Rio Grande do Sul, 339 pessoas morreram ou desapareceram por motivos políticos a partir de 1964. O dado é do Comitê Brasileiro pela Anistia. A publicação do dossiê sobre mortos e desaparecidos, patrocinada pela Assembléia Legislativa do Estado, marca, pela primeira vez no País, a presença do poder legislativo contribuindo para o esclarecimento sobre as vítimas da repressão. O documento - que tem 126 páginas e uma tiragem de mil exemplares - será distribuído aos movimentos de defesa dos direitos humanos do Rio Grande do Sul e de todo o País. O livro foi elaborado com base em documentos recolhidos pelo Comitê Brasileiro de Anistia (CBA) do Rio Grande do Sul, cujo presidente, Flávio Keniger, acha que, embora numa proporção menor do que a da Argentina ou do Chile, a repressão brasileira cometeu crimes contra os direitos humanos os tão violentos como a daqueles países. Segundo ele, só a punição dos responsáveis, como um ato de justiça a ser feito, é o que poderá assegurar que as barbaridades deste tipo não voltarão a se repetir. (JORNAL DO PAÍS - 5 a 12 de junho de 1985)

INTERNACIONAIS

PRESSIONAR SANDINISTAS ATRAVÉS DOS REBELDES, A TÁTICA DOS EUA

O presidente norte-americano, Ronald Reagan, obteve esta semana uma importante vitória: conseguiu do Congresso o apoio de que precisava para sua cruzada anti-sandinista e sua estratégia política centro-americana. Após um ano de oposição ao apoio que os EUA prestam aos rebeldes nicaraguenses - oposição que teve origem na colocação de minas nos portos da Nicarágua, executada pela Agência Central de Inteligência (CIA) no início de 1984 -, a Câmara dos Representantes, controlada pelos democratas aprovou, por 248 votos contra 184, o projeto de reiniciar a assistência aos "contras". Mas apesar de Reagan ter conseguido significativa vitória, ainda não obteve tudo o que deseja. A Câmara votou favoravelmente à concessão de uma ajuda de 27 milhões de dólares em assistência humanitária (roupas, alimentos, etc.) aos rebeldes até março. Mas Reagan quer o reinício da ajuda militar aos anti-sandinistas e devolver à CIA o papel preponderante que desempenhou de dezembro de 1981 a outubro de 1984, na organização da guerra contra a Nicarágua. Um informe apresentado ao Congresso afirma que os recursos serão utilizados para criar uma força de 20.000 a 25.000 homens no Norte da Nicarágua e outra de 5.000 a 10.000 homens no Sul, "capaz de exercer uma real pressão" sobre o governo sandinista. Embora esse dinheiro norte-americano não possa ser utilizado para a compra de armas e munições permitirá, ao satisfazer as necessidades logísticas, a libertação de outros fundos para esses objetivos. A Câmara aprovou também uma proposta abolindo a emenda Boland, que proibia o governo norte-americano de apoiar direta ou indiretamente operações militares ou paramilitares na Nicarágua. Isso permitirá que a CIA utilize fundos de emergência com esse objetivo. (FSP - 16/6/85)

BISPO EVANGÉLICO AMEAÇADO DE SEQUESTRO

O Bispo anglicano e Prêmio Nobel da Paz de 1984, Desmond Tutu, e pelo menos 15 militantes do movimento antiapartheid, fazem parte da lista de sequestros de um comando de 30 indivíduos contratados por brancos. A denúncia foi feita ontem pelo Reverendo Frank Chikane, Vice-Presidente da Frente Democrática Unida (UDF), que combate a segregação racial no país. (O GLOBO - 13/6/85)

NOTA DE APOIO A FREI LEONARDO BOFF

Por mais de duas décadas, o povo brasileiro viu-se massacrado por um regime que agravou a marginalização de milhões de brasileiros, esmagou os direitos humanos e esterilizou a expressão do pensamento. Nesse longo período, presente e animadora, a Igreja do Brasil junto com outras entidades da sociedade civil gritou por justiça social, apoiou a organização do povo, emprestou sua voz aos pobres, procurou despir-se de privilégios e honrarias, fez-se fraterna e solidária, sofreu repressão, mas não se calou na defesa dos direitos humanos, merecendo o respeito e a admiração de amplos setores da população, católica ou não católica.

Hoje, um novo regime político se instala no Brasil e o País se volta para a esperança de democracia que a Igreja contribuiu para manter. Neste quadro, a punição aplicada ao Teólogo Leonardo Boff nos atinge com surpresa. A maneira como foi definida, comunicada e imposta lembra procedimentos de outras épocas da história da Igreja e da época recente do nosso País que esperávamos enterrados. Em Frei Boff, Roma, para nós, está punindo a Igreja pobre e solidária que prega a justiça e a fraternidade. Será que não existe, por trás do pretensu purismo doutrinário, o medo de uma Igreja pobre e despojada? Até que ponto não se invoca a verdade teológica para calar questionamentos que incomodam os poderosos? No momento em que surgem perspectivas de reconciliação do Estado com a Nação, seria lamentável que atitudes como essa voltassem a distanciar do povo a Igreja institucional.

Esperamos que nosso protesto, junto com o de muitos outros grupos e pessoas, contribua para a reconsideração de uma decisão tão desastrosa.

Luis de la Mora

Coordenador Regional do Movimento dos profissionais cristãos

Rua Prof. Edgar Altino, nº 23

Poço da Panela, Recife - PE

Recife, 01 de junho de 1985.

Obs.: Assinaram a Nota um total de 53 entidades.